



Estímulos à atração de capital, carga tributária e relações entre Brasil e Estados Unidos foram assuntos discutidos por John Engler durante visita a Renan Calheiros

Empresário norte-americano visita o Senado

Acompanhado de empresários brasileiros, John Engler, dirigente de empresas dos Estados Unidos, esteve ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros. **Página 5**

Pedágio em rodovias pode custar menos

Sistema digital pode viabilizar cobrança de pedágio diferenciado, em benefício do usuário. O anúncio foi feito em audiência no Senado. **Página 7**

Líderes vão discutir limite para precatórios

Alguns municípios têm um quarto das receitas seqüestrado para pagar precatórios. Em busca de solução, líderes se reúnem na próxima semana. **Página 3**

Governo promete mais 500 controladores de vôo

Comandante da Aeronáutica diz, em debate com senadores de duas comissões, que 300 militares e 200 civis serão contratados até o final do ano

Senado procura modelo tributário para o país

Diminuir a carga de impostos em relação ao produto interno bruto (PIB) é a diretriz que vai orientar a criação de um modelo tributário para o país. O anúncio

foi feito ontem pelo senador Tasso Jereissati, eleito para presidir a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária. Francisco Dornelles será o relator. **Página 2**



Heráclito (no centro, à esquerda) preside a audiência pública sobre a situação do setor aéreo



Tasso Jereissati (E) conversa com João Tenório, Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro

A contratação dos controladores, ao longo dos próximos meses, é uma das medidas do governo para enfrentar a crise no setor aéreo, segundo disse ontem o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito. Ele negou a existência de um “buraco negro” na Amazônia: “O que pode existir são algumas lacunas de cobertura de radar”. O ministro da Defesa, Waldir Pires, afirmou que uma “decisão de Estado” vai definir se o controle aéreo será civil ou militar. O

presidente do sindicato dos controladores, Jorge Botelho, afirmou que o governo não dialoga com a categoria. O representante do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita, acusou as empresas aéreas de não haver dado assistência aos passageiros que não conseguiram embarcar. A oposição anunciou ontem que já havia conseguido as 27 assinaturas de senadores necessárias para a criação da chamada CPI do Apagão Aéreo. **Páginas 4 e 5**

Simplificação dos tributos e uma divisão mais justa das receitas com os estados e municípios estão entre as metas anunciadas pelo presidente de subcomissão temporária, eleito ontem

Jereissati: proposta de reforma vai buscar redução da carga tributária

A redução da carga tributária na comparação com o produto interno bruto (PIB) será um dos objetivos que vão orientar a formulação de um novo modelo tributário para o país, de acordo com Tasso Jereissati (PSDB-CE), eleito ontem para presidir a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária. Para a vice-presidência do colegiado, que é vinculado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi eleito Neuto de Conto (PMDB-SC).

– A simplificação dos tributos e uma divisão mais justa das receitas com os estados e municípios são outras duas metas gerais – disse.

De acordo com Jereissati, os governos da União quase nunca demonstram interesse em reformular o sistema tributário. Prova disso, afirmou, foi a falta de empenho na votação da proposta apresentada no primeiro mandato do presidente



Jereissati e Neuto foram eleitos presidente e vice da Subcomissão da Reforma Tributária

Lula: aprovada no Senado, a proposta parou na Câmara.

– Todo dia a gente ouve que a Receita Federal está alcançando recorde de arrecadação. O governo não quer perder esse espaço.

Por indicação de Jereissati, aceita por todos, Francisco Dornelles (PP-RJ) atuará como relator.

Debate com ministro

Os trabalhos da subcomissão serão realizados sempre às segun-

das-feiras, a partir das 19h.

Uma das primeiras atividades do colegiado, que vai funcionar por seis meses, será um debate com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. A sugestão foi apresentada por Jereissati, com a ressalva de que a subcomissão não deve ser “obediente” ao governo na condução de seus trabalhos, mas que a convergência de esforços seria muito positiva.

Virgílio: CPMF só será renovada com repasse a estados e municípios

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), adiantou que, para seu partido não se opor à renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), será exigido o repasse de 20% das receitas da contribuição aos estados e 10% aos municípios. Para ele, a proposta também deve prever a progressiva redução da alíquota, hoje em 0,38%, para que o valor final seja apenas simbólico, funcionando como mecanismo de

fiscalização.

O senador disse que o governo tem base para aprovar projetos na Câmara com facilidade, “mas no Senado a situação é diferente”.

O prazo de vigência da CPMF se esgotará em dezembro. Até lá, o governo também precisará da aprovação do Congresso para renovar a Desvinculação dos Recursos da União (DRU), mecanismo que permite a livre utilização de 20% das receitas federais vinculadas. Nesse caso,



Virgílio diz que PSDB fará exigências para apoiar renovação de contribuições

Virgílio afirmou que a contrapartida será a aprovação de proposta que permita aos estados dispor do mesmo benefício, por meio da chamada Desvinculação dos Recursos dos Estados (DRE).

Lucena preside subcomissão que discutirá as demandas municipais

Por decisão unânime, o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) foi eleito ontem presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais para o biênio 2007/2008. Como vice-presidente do colegiado foi escolhido Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Na ocasião, Lucena destacou o importante papel a ser desempenhado pela subcomissão no fortalecimento dos municípios brasileiros.

– Aqui esperamos poder ecoar as demandas e os problemas da administração municipal sempre com o objetivo de proporcionar um debate transparente e democrático – disse.



Cícero Lucena: “Esperamos poder ecoar as demandas e os problemas dos municípios”

A Subcomissão de Assuntos Municipais é composta por nove senadores titulares e nove suplentes e foi criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Funcionar com muitas comissões é desafio para o Senado, diz Garibaldi

Garibaldi Alves declarou ter certeza de que o novo presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, Cícero Lucena, fará uma gestão “das mais profícuas e realizadoras”.

Para Garibaldi, o colegiado precisa ajudar as prefeituras a preparar planos diretores e projetos de lei orgânica. Ele afirmou que a grande aliada da subcomissão é a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entidade que

organiza a marcha dos prefeitos. O senador pediu aos demais integrantes da subcomissão que ajudem Lucena, “pois o Senado encontra-se diante do desafio de funcionar adequadamente”.

– Enquanto a Câmara tem 20 comissões permanentes para 513 deputados, o Senado passou a ter 11 comissões para 81 senadores. Daqui a pouco vamos ser acusados, além das outras acusações que já nos fazem, de lentidão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não-deliberativa. Sem a votação de projetos, ela é destinada a pronunciamentos dos parlamentares. Na próxima terça-feira, os senadores

retomam a análise da MP 337/06, que abre crédito extraordinário em favor dos ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, entre outras.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Mão Santa, Romeu Tuma, Marcelo Crivella, Neuto de Conto, Gilvam Borges, Augusto Botelho, Edison Lobão, Garibaldi Alves e Efraim Morais

Recursos para ensino médio e regiões Sul e Sudeste

O Senado aprovou ontem medida provisória (MP) que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 181,2 milhões em favor dos ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional. Os recursos serão empregados no desenvolvimento do ensino médio nos estados e na recuperação dos danos causados pela chuva no Sudeste e no Sul.

Relatada pelo senador Edison Lobão (DEM-MA), a MP (344/07) será promulgada pela Mesa do Congresso. O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que a matéria poderia ter sido encaminhada por meio de projeto de lei. Ele criticou o governo por “entupir a pauta do Senado com medida provisória”. A bancada do DEM e o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) votaram

contra a medida.

Os R\$ 50 milhões para o Ministério da Educação, segundo o texto da MP, viabilizarão o apoio aos entes da Federação no desenvolvimento do ensino médio, permitindo a melhoria da qualidade e a ampliação do atendimento. A paralisação de muitas escolas seria iminente em face da impossibilidade de sua manutenção pelos estados.

A recuperação de trechos rodoviários do Rio de Janeiro, que foram danificados pelas recentes chuvas que assolaram o Sudeste, é o objetivo do montante destinado ao Ministério dos Transportes – R\$ 31,2 milhões. A mesma justificativa, acrescentando a região Sul, é utilizada para os R\$ 100 milhões destinados ao Ministério da Integração Nacional.

Aprovada medida provisória que libera R\$ 452 milhões

Com votos contrários dos senadores do Democratas (DEM), o Senado aprovou ontem a Medida Provisória 346/07, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 452 milhões. Os recursos foram destinados à Presidência da República e aos ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, para o atendimento de emendas de parlamentares e para a contratação de obras, pagamento de precatórios e despesas, processo de extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), dissolução da Companhia de Navega-

ção do São Francisco (Franave) e manutenção de bens móveis e imóveis de valor histórico, artístico e cultural.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), lembrou que a bancada do partido “votará sistematicamente contra toda medida provisória que seja encaminhada sem necessidade pelo governo”. O parlamentar alegou que MPs que abrem crédito extraordinário podem ser encaminhadas na forma de projeto de lei com pedido de urgência e, nesse caso, contariam com o apoio do seu partido.



Senadores do Democratas protestam contra aprovação de MPs



Agripino (D) discute pleitos com Renan, João Paulo e Newton Lima

Acordo poderá apressar decisão sobre precatórios

Votação de proposta que compõe a pauta de reivindicações dos prefeitos deverá ser discutida em reunião de líderes com o relator

Atendendo a pedido feito da tribuna pelo líder do DEM, José Agripino (RN), o presidente do Senado, Renan Calheiros, agendará para a próxima semana reunião de lideranças com o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Além de líder de seu partido, Raupp é relator das propostas de emenda à Constituição que estabelecem limite anual para o pagamento de precatórios por estados e municípios. O objetivo é construir um acordo para que a matéria possa ser votada logo. – Já houve uma reunião de líderes com o presidente Renan há dois meses. Nela elencamos seis matérias prioritárias para serem votadas no primeiro semestre. A questão dos precatórios foi uma delas. Acertamos votar a limitação do pagamento anual de precatórios em 1,5% para os municípios e em 3% para os estados.

Renan Calheiros recebeu ontem prefeitos que participaram da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O encontro contou com a presença do presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), João Paulo Silva, prefeito do Recife; do prefeito de São Carlos (SP) e secretário-geral da FNP, Newton Lima; e de José Agripino e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Os prefeitos pediram pressa na aprovação de matérias que poderão reforçar as finanças municipais, a exemplo da PEC 12/06, de autoria de Renan, que regulamenta o pagamento de precatórios. Os prefeitos também reivindicaram o repasse direto aos municípios das verbas destinadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ao transporte de alunos da rede estadual de ensino.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

“Não estou xingando nem reclamando, mas pedindo e, ao mesmo tempo, exigindo que o presidente da República pague aos municípios aquilo que ele deve”, disse Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) ao defender pleito dos prefeitos por uma melhor distribuição dos repasses para transporte escolar e creches.



Roosevelt/Prêmio



CÉSAR BORGES

César Borges (DEM-BA) manifestou indignação em Plenário com o que considera uma tática enganadora do presidente Lula. O senador referiu-se à promessa do chefe do governo aos prefeitos de que iria “ordenar à sua base” que votasse o aumento do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Roosevelt/Prêmio

FLEXA RIBEIRO

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que os senadores devem apoiar as reivindicações dos prefeitos. O parlamentar parabenizou a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) pelo evento e elogiou os 50 prefeitos e os cem vereadores paraenses que participaram da 10ª Marcha a Brasília.



Roosevelt/Prêmio



ARTHUR VIRGÍLIO

Arthur Virgílio (PSDB-AM) comunicou decisão da bancada do partido na Câmara de apoiar o aumento do FPM. “Os deputados do PSDB estão dispostos a abrir espaço para que se cumpra a palavra do presidente Lula de aumentar a receita dos municípios em um ponto percentual, no que toca ao fundo”.

Roosevelt/Prêmio

JAYME CAMPOS

Jayme Campos (DEM-MT) pediu que Lula cumpra a promessa feita aos prefeitos. “Espero que seja cumprida: 90% dos municípios estão quebrados, muitos já estão almoçando a janta. Os prefeitos, lamentavelmente, já estão cheios das mentiras e de tapeações praticadas pelo governo federal”, disse.



Roosevelt/Prêmio



ROSALBA CIARLINI

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou que, embora muitas das reivindicações dos prefeitos tenham ficado sem resposta, há que se comemorar o compromisso firmado pelo governo federal de elevar em um ponto percentual – de 22,5% para 23,5% – o repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

MarciaMarz

Ministro da Defesa, comandante da Aeronáutica e presidentes da Infraero, da Anac e do sindicato dos controladores falam sobre a crise do setor aéreo



Fotos: Cálido/Azevedo

Debate reúne Zuanazzi (E), Pereira, Saito, Pires, Heráclito, Quintanilha e Morishita

Saito diz que serão contratados mais 500 controladores de vôo

Trezentos novos controladores de vôo militares entrarão em exercício até o final do ano, anunciou ontem o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito, durante audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Essa será, como informou o comandante, uma das medidas do governo para combater a crise do setor aéreo. Cerca de 200 controladores civis também devem ser contratados.

Por meio de fotos, Saito procurou demonstrar aos senadores que os controladores de vôo – cujo salário inicial é de R\$ 2.200 – con-

tam com boas condições de trabalho, especialmente em centros de controle já modernizados. Ele anunciou ainda que o reaparelhamento do sistema de controle do tráfego aéreo é prioridade.

Em seu depoimento, o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, afirmou ter sido mal interpretado por ter dito, em audiência na Câmara, que não havia crise na aviação. Ele explicou que, na ocasião, se referia apenas à situação financeira das empresas.

O presidente da Infraero, tenente-brigadeiro José Carlos Pereira, admitiu, como principal deficiência da empresa, a precária comunicação com os passageiros que se acumularam nos aeroportos.

“Decisão de Estado” vai definir modelo de controle, afirma ministro

O ministro da Defesa, Waldir Pires, disse ontem que uma “decisão de Estado” definirá se o controle aéreo brasileiro será civil ou militar. Caso se opte por alterar o atual sistema, o presidente da República deverá submeter um projeto de lei ao Congresso, adiantou o ministro em resposta a César Borges (DEM-BA).

– Esperava que o ministro desse notícia de providências em curso para resolver os problemas da aviação, mas tudo que ouvi foram obviedades e divagações – lamentou César Borges.

Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu informações a respeito de um suposto “buraco negro” nos céus da Amazônia – onde haveria falha de controle por meio de radares

– e das investigações sobre o acidente com o boeing da Gol.

Em resposta, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, anunciou que até setembro será divulgado o relatório final das investigações sobre o acidente. Ele afirmou ainda que não existe “buraco negro” na Amazônia.

– O que pode existir são algumas lacunas de cobertura de radar – admitiu o comandante.

Já Renato Casagrande (PSB-ES) disse existir um “sentimento de insegurança” entre os atuais passageiros de avião no Brasil, apesar dos números expostos durante a reunião pelas autoridades do setor. Ele lamentou que não exista, no governo, uma orientação “mais clara” sobre o tema.

Para sindicalista, não há diálogo com o governo

Ao depor na audiência, o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Botelho, afirmou que o fato de diferentes categorias de trabalhadores exercerem a mesma função tem causado dificuldades e divergências no relacionamento entre esses trabalhadores e as autoridades que os comandam, seja na Aeronáutica ou no Ministério da Defesa.

Para Botelho, há apreensão e insatisfação entre os controladores civis em relação ao seu futuro profissional e pessoal porque a interlocução com o governo é falha.

– Todos esperavam que um governo do presidente Lula mantivesse diálogo franco com os trabalhadores do setor aéreo, o que não ocorria no governo FHC, mas continua não havendo diálogo nos dias de hoje.

O presidente do sindicato dos trabalhadores lembrou que houve uma reunião com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, mas, segundo ele, o governo recuou, e o ministro afirmou não ser mais o interlocutor sobre o assunto.

– Então, nós perguntamos: quem será esse interlocutor? Com quem vamos discutir temas como carreira, salário e condições de trabalho?

Direitos

O diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita, fez questão de expressar a comoção de quem enfrenta o tumulto nos aeroportos.

Morishita observou que o Código Brasileiro da Aeronáutica prevê “dever de assistência” para garantir ao cidadão condições mínimas para enfrentar transtornos. No caso de atraso superior a quatro horas, o consumidor tem direito à devolução do que pagou. Caso queira continuar, há garantia de hospedagem, transporte e alimentação. E é dever de cada empresa aérea garantir o cumprimento desses direitos.

Comandante: Lula decide, mas tempo de transição será longo

O comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, afirmou, durante a audiência pública no Senado sobre a crise nos aeroportos, que considera bom o atual sistema de controle de vôo – que é integrado, com militares e civis –, acrescentando que o sistema funciona bem. Saito ressaltou não saber se será criado um sistema diferente de controle de vôo.

– O presidente da República já disse que a decisão será dele, não me cabe dar a minha opinião. Se ele disser que vai ser um sistema civil, assim será, mas acredito que o tempo de transição precisará ser longo – observou.

Juniti Saito fez a afirmação em resposta ao senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem o sistema integrado e cumulativo no controle de vôos que existe no Brasil, com uma mistura de controladores civis e militares, complica a elaboração de um plano de carreira para a categoria.

Valadares perguntou se Saito

era favorável à divisão do controle aéreo em duas partes: com os militares cuidando da defesa do espaço aéreo e da segurança nacional e os civis da aviação puramente comercial. Saito explicou que os controladores militares são regidos pelo regime estatutário, podendo os sargentos especialistas subir, na hierarquia militar, até capitão, se fizerem treinamento e se submeterem a provas. Os que possuem nível superior podem chegar até tenente-coronel, disse.

Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), a fiscalização do espaço aéreo precisa ser militar, mas a aviação comercial pode ter controle civil.

Paulo Paim (PT-RS) disse que a solução para o problema dos controladores é um salário que atenda aos interesses tanto dos militares quanto dos civis.

– Não acho que deva haver diferenciação de tratamento, de salário ou de condições de trabalho – opinou.

Mozarildo aponta fragilidade, Crivella manifesta otimismo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) perguntou a respeito do andamento de uma auditoria do TCU sobre controle de tráfego aéreo que apontou para dificuldades e fragilidades do sistema, insuficiência de verbas para o controle aéreo, contingenciamento de recursos e deficiência de gerência de pessoal. O senador responsabilizou o governo pelos problemas que ora ocorrem na gestão dos aeroportos, afirmando que o governo contingencia recursos sem olhar para as conseqüências.

O ministro da Defesa, Waldir Pires, concordou que há insuficiência de verbas, mas disse que

isso sempre existe nos governos. Ele também afirmou ter havido afastamentos de administradores do setor aéreo em função de recomendações do TCU.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) avaliou que o debate sobre a cisão do sistema em civil e militar parece estar bem encaminhado. Ele indagou do comandante da Aeronáutica se, em caso de crise, poderiam ser convocados reservistas, ou seja, se existe um plano de mobilização de pessoal militar diante de uma emergência. Saito garantiu que sim, acrescentando já ter havido convocação de controladores da reserva.



Senadores de duas comissões questionam autoridades na audiência pública



Mário Couto lamenta interrupção do tráfego na Transamazônica

Apenas 6% das estradas estão em boas condições, alerta Mário Couto

Em discurso no Plenário, o senador Mário Couto (PSDB-PA) reclamou do descaso do governo federal em relação às rodovias do país e disse que apenas 6% dos 196 mil quilômetros de estradas pavimentadas brasileiras estão em boas condições. Ele também lamentou que o tráfego

na rodovia Transamazônica tenha sido interrompido mais uma vez, devido às fortes chuvas na região próxima a Altamira (PA). De acordo com o senador, a Transamazônica enfrenta problemas como esse há mais de 30 anos, devido ao descaso do poder público.



Efraim cobra projeto que cria um plano de carreira para a categoria

Efraim protesta contra "penúria" dos aposentados do extinto DNER

O senador Efraim Morais (DEM-PB) protestou ontem, em discurso da tribuna, contra a "situação de penúria" vivida pelos aposentados do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O parlamentar fez um apelo ao governo federal e, em especial, ao Ministério

dos Transportes para que envie logo ao Congresso minuta de projeto de lei criando um plano de carreira para a categoria. Efraim registrou que, se não tivesse sido extinto em 2005, o DNER estaria completando em 27 de dezembro 61 anos de existência.

Inácio Arruda homenageia Fortaleza

Inácio Arruda (PCdoB-CE) homenageou a cidade de Fortaleza, que completa hoje 281 anos de existência.

Embora tenha exaltado as belezas naturais da capital cearense, o senador criticou o modelo de desenvolvimento em curso na cidade, "que fomenta a desigualdade e a concentração de renda".

Lucena elogia ação da polícia da Paraíba

A polícia paraibana recebeu os parabéns de Cícero Lucena (PSDB-PB) devido à rápida prisão dos responsáveis pela morte do empresário Robson Ferreira na tarde do último sábado.

Lucena destacou a atuação de duas delegadas nas investigações e elogiou o empenho do secretário de Segurança do estado, Eitel Santiago, no caso.

Oposição reúne assinaturas para CPI

Efraim anuncia que, com sua adesão, requerimento para criação da CPI do Apagão Aéreo tem o número mínimo de assinaturas. Apesar de contrário à iniciativa, Renan diz que seguirá regimento

O senador Efraim Morais (DEM-PB) informou ontem que, com sua assinatura, já são 27 os senadores que apoiam o requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as causas da crise no setor aéreo. O número foi confirmado pela assessoria do líder do Democratas, senador José Agripino (RN).

A assessoria de Agripino está evitando fornecer a lista completa dos apoiadores do requerimento para dificultar a pressão que o governo costuma fazer nessas

situações. O documento foi assinado por todos os senadores do PSDB e boa parte do DEM, além de Mão Santa (PI), Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE), que são do PMDB, partido que integra a base de apoio ao governo.

Efraim quer conseguir mais assinaturas, antes de apresentar o requerimento, de modo a ter uma margem de segurança, caso ocorram desistências de última hora, garantindo-se o número mínimo de assinaturas (um terço dos 81 senadores). Outros parlamentares da

base governista teriam mostrado interesse em assinar o requerimento, mas estariam deixando para o último momento, justamente para evitar pressões.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ser contrário à instalação da CPI do Apagão Aéreo, por entender que a Casa deve priorizar a votação de matérias que poderão beneficiar a sociedade, a exemplo dos projetos de combate à violência. Ele observou, no entanto, que, mesmo sendo contrário à CPI, vai se conduzir de acordo com

o regimento.

Prioridades

Com o objetivo de agilizar as votações no Senado, Renan realizou encontro com parlamentares, para discutir matérias constantes da pauta de votação do Plenário. Entre os projetos que visam ao combate à violência está o PLS 139/07, de autoria do senador Demostenes Torres (DEM-GO), sobre o pagamento de fiança. A proposta, que também será analisada pela Câmara, recebeu emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Renan recebe líder de empresários dos EUA

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da National Association of Manufacturers, John Engler. Acompanhado do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel; do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e de outras autoridades, Engler visitou o presidente do Senado para uma

conversa sobre as relações comerciais entre os dois países. A associação que preside equivale à Fiesp no Brasil. Renan Calheiros disse que debates desse tipo têm grande significado para o Legislativo.

– Considero importante uma conversa como essa para melhorar o ambiente de crescimento e atração de investimentos para o Brasil. Assim como é importante

resolvermos problemas, no bojo da reforma tributária. – afirmou Renan.

O presidente da Fiesp referiu-se à proposta para que os exportadores brasileiros sejam ressarcidos dos créditos acumulados do ICMS, em razão da Lei Kandir. Ele afirmou que o Legislativo está pensando numa solução apenas daqui para frente, quando há todo um estoque de créditos de

ICMS já acumulados.

Presente ao encontro, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que fará uma audiência pública para debater essa questão. Sobre a reforma tributária, Mercadante disse considerar que o projeto aprovado no Senado deve ser a base para a iniciativa anunciada pelo governo.

Relatórios sobre aquecimento serão traduzidos

Os senadores e deputados integrantes da Comissão Especial de Mudanças Climáticas decidiram providenciar a tradução e a impressão de cópias dos dois relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgados neste ano. Os documentos alertam para os danos ao meio ambiente e à vida na Terra que serão resultantes do aquecimento global, causado pela ação do homem.

– Um grande número de pedidos de informação sobre o que dizem esses documentos a respeito do Brasil e da América Latina chega aos gabinetes e às universidades – explicou o presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO).

Também na reunião de ontem, o relator da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou a antecipação de julho para maio da divulgação de seu relatório parcial.

Paim propõe novos mecanismos para financiar educação pública

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação de dois projetos de sua autoria destinados a reforçar os investimentos na educação pública.

Em tramitação na Comissão de Justiça (CCJ), o PLS 274/03 institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação

do Trabalhador (Fundep). Já o PLS 351/04, em tramitação na Câmara, estabelece que 20% dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) deverão ser aplicados na educação básica e 10% incentivarão atividades na área de Ciência e Tecnologia.



Paulo Paim quer aprovação de dois projetos de sua autoria

Gilvam pede a Lula que oriente ministro a negociar com policiais

Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu ao presidente Lula que oriente o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a procurar os representantes dos servidores da Polícia Federal na busca de entendimento.

O senador diz que os policiais federais querem o cumprimento do acordo assinado

no ano passado pelo então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, garantindo um reajuste de 60% em duas parcelas para a categoria.

– Somente a primeira parcela foi paga. Se não se pode acreditar na assinatura de um ministro, em quem haveremos de acreditar? – questionou.



Gilvam cobra a segunda parcela do reajuste para servidores da PF



Valadares cobra a adoção de políticas para reduzir o problema

Para Valadares, mudança no clima compromete lavoura nordestina

É preciso investir em políticas que minimizem os efeitos do aquecimento global sobre a agricultura do Nordeste. A advertência foi feita ontem, em Plenário, pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que prevê falência das pequenas lavouras, fome e êxodo rural

advindos do rápido processo de mudanças climáticas.

Valadares afirmou que há tempos o homem do campo sente os efeitos das alterações no clima sobre suas plantações, e pesquisas mostram que a elevação da temperatura do planeta comprometerá a produção.



“Perdem produtores, empregados e o país”, observa Jonas Pinheiro

Jonas critica recuo do governo sobre uso do FAT para pagar dívida agrícola

O senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) criticou ontem, em Plenário, o recuo do Ministério do Trabalho e do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) em relação à decisão anteriormente anunciada de utilizar recursos do fundo para pagamento da

dívida agrícola. Jonas Pinheiro reclamou ainda do não cumprimento da promessa do governo de editar medida provisória nesse sentido.

— Perdem os produtores, os empregados e o Brasil — afirmou, ao alertar para a situação de endividamento vivida pelos produtores rurais.

Delcidio defende produção de ferro-gusa em MS

Delcidio Amaral (PT-MS) classificou como excessiva a decisão da Justiça Federal que suspendeu as licenças ambientais emitidas pelo governo de Mato Grosso do Sul para a empresa MMX, que está implantando um pólo minero-siderúrgico, com investimento de mais de US\$ 200 milhões na produção de ferro-gusa. A Justiça entendeu que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) deveria ter sido responsável pela condução do processo. Delcidio assinalou que o minério de ferro da região vem sendo exportado in natura, sem valor agregado.

— Um projeto dessa natureza [da empresa MMX] agrega valor à matéria-prima, proporcionando ganhos para a sociedade, os governos e o país — afirmou.



Delcidio: “O projeto beneficiará a sociedade, os governos e o país”

Marconi: combate à violência requer planejamento



Pais deve investir em sistema único de segurança, diz Marconi

Criar um sistema único de segurança pública e investir em planejamento, polícia científica e investigativa, institutos de criminalística e produção de informações objetivas e sistematizadas sobre todas as modalidades do crime. Essa foi a receita apresentada pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO) para diminuir a violência no país. Ele defendeu ainda o combate firme do pequeno delito.

Na avaliação do senador, o combate à violência não pode ser feito sem a valo-

rização e a articulação das polícias militares e civis, dos serviços de inteligência e do amplo acesso às informações necessárias para desarticular os criminosos. Ele também propôs que o combate à criminalidade seja colocado como uma das prioridades nacionais, de modo que o cidadão volte a viver sem o clima de insegurança atual.

— Essas ações podem e devem começar por uma operação de rastreamento sistemático do dinheiro do narcotráfico no Brasil e no exterior. Vamos bloquear os recursos das quadrilhas, encurralá-las. Vamos dar um soco certeiro na violência tão poderoso quanto a força opressora deste mal avassalador — ressaltou.

Para Marconi, nenhuma dessas iniciativas será eficaz se o Estado não entrar nas favelas oferecendo escolas, cultura e lazer. A violência, opinou, é reflexo de populações abandonadas pelo poder público e sem acesso aos direitos e garantias constitucionais.

Legislativo deve assumir a reforma política, diz Neuto



Neuto de Conto sugere criação de comissão para tratar do tema

A classe política deveria tomar nas próprias mãos a reforma política, que hoje está sendo feita aos poucos por meio de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou ontem o senador Neuto de Conto (PMDB-SC). No entender do parlamentar, a classe política saberá construir uma nova legislação sintonizada com os interesses dos partidos e do país.

Neuto de Conto anunciou que está apresentan-

do requerimento com o objetivo de criar uma comissão especial, destinada a apresentar um projeto abrangente de reforma política, partidária e eleitoral. As propostas surgidas nos últimos anos têm sofrido bastante resistência, de acordo com o senador.

— A meu ver, essa resistência demonstra que a discussão, embora antiga e sempre reiterada após cada eleição, ainda é insuficiente. Sua retomada agora poderá permitir o resgate do debate acumulado e o avanço em direção a propostas que possam contar com apoio majoritário no Congresso — analisou.

O senador observou que a reforma política é matéria recorrente na agenda do Congresso, onde há diversos projetos tramitando sobre o tema.

— Nossa proposta é que se juntem todos os projetos dos senadores e deputados, e que uma comissão produza uma proposta que atenda à classe política e aos partidos — sugeriu.



Para Valter Pereira, o parlamentar pernambucano dignifica o Senado

Valter Pereira registra ingresso de Maciel no IHGB

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) registrou o ingresso do senador Marco Maciel (DEM-PE) como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Valter leu em Plenário discurso de saudação em que o professor Vamireh Chacon — pernambucano como Maciel — assinala a tradição do IHGB de ter em seus quadros “quem escreve e quem faz a história”. Em outro trecho, Chacon classifica Maciel como “um telúrico brasileiro, projetado nacionalmente pela política, mas que não perdeu a vocação intelectual”.

Ao render suas homenagens a Maciel, Valter disse considerar o senador pernambucano “um homem público que engrandece o Senado, e todos os políticos brasileiros”.

Heráclito censura Wellington Dias por secretariado com 65 membros

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), por ter anunciado um secretariado com 65 integrantes. Devido ao tamanho da equipe, disse, há funções “que se atropelam ou entram em conflito entre si”.

Para o senador, ao montar

o secretariado, Wellington prejudicou a eficiência de gestão no governo do estado. Heráclito também criticou o governador do Piauí por ter cancelado convênio, entre a Caixa Econômica Federal e a Previdência Social, que facilitava o pagamento de aposentadorias.



Decisão do governador prejudica gestão estadual, afirma Heráclito

“Governo Lula é o mais corrupto da história do Brasil”, afirma Mão Santa

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva é “o mais corrupto da história do Brasil”, segundo afirmou ontem o senador Mão Santa (PMDB-PI). De acordo com o parlamentar, além da corrupção, o governo padece de outros males, como o excesso de ministérios; a contratação de

filiados ao PT para aparelhar a máquina pública; e a má administração de setores como a segurança e a educação.

Mão Santa reclamou do tratamento dispensado ao Piauí pelo presidente Lula e cobrou a conclusão do porto de Luís Correia e a construção de uma ferrovia.



Mão Santa aponta loteamento de cargos e má administração

Adoção de sistema digital nas estradas permitirá tarifas diferenciadas, o que ocasionará redução de até 20% no valor, anunciam dirigentes dos Transportes

Governo quer reduzir preço de pedágio nas rodovias

O governo deverá adotar o sistema digital nas rodovias federais para cobrança de um pedágio diferenciado, com o objetivo de reduzir as tarifas pagas pelos usuários. O anúncio foi feito ontem pelo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Nogueira de Resende, e pelo secretário do Ministério dos Transportes José Augusto da Fonseca Valente, durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre o processo de concessões públicas em rodovias federais.

Valente, que é titular da Secretaria de Política Nacional de Transportes, explicou que, com o sistema digital, a ser adotado dentro de cinco anos, o usuário vai pagar somente o trecho que utilizar. Essa é uma das opções do Executivo para tentar reduzir

as tarifas de pedágio em aproximadamente 20%, a partir da suspensão do processo de licitação que vinha sendo conduzido pela ANTT, que incluía a concessão de sete trechos de rodovias federais. A suspensão foi feita em janeiro pelo governo, depois de o processo de licitação ter sido paralisado e refeito várias vezes nos últimos sete anos, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) ou da própria agência.

O secretário informou aos senadores que a pasta dos Transportes vai estudar, juntamente com a Fazenda, a desoneração tributária nos contratos de concessão e de parcerias público-privadas (PPPs). Ele observou que a carga de impostos recai justamente sobre o usuário.

Já o diretor da ANTT, Nogueira de Resende, alertou para o fato de que um patrimônio rodoviário

de cerca de US\$ 150 bilhões está se perdendo no país devido à má conservação das estradas. Ele disse que não foram construídas novas rodovias e que morrem no Brasil 35 mil pessoas por ano nas estradas – mais do que na guerra no Iraque.

Intervenção

De acordo com o secretário do Ministério dos Transportes, a descentralização de parte da malha federal para os estados não deu certo. Segundo lembrou, foram repassados 14,5 mil quilômetros de rodovias e R\$ 1,9 bilhão de recursos para os estados poderiam manter essas rodovias, mas, mesmo assim, a maioria não conseguiu cuidar das estradas, que ficaram abandonadas até dezembro de 2005, quando o TCU determinou a intervenção do governo no setor.

Para o presidente da Associa-

ção Nacional das Empresas de Transporte de Cargas e Logística (ANTC), Geraldo Viana, que também participou da audiência, é possível reduzir em até 35% o valor das tarifas de pedágio, conforme estudo entregue ao governo pela entidade.

Geraldo Viana afirmou ainda que não basta definir um novo modelo de concessão para as rodovias, mas também encontrar uma saída para as que já foram transferidas ao setor privado, algumas há mais de dez anos. Ressaltou que essa foi a motivação para o estudo, segundo ele de alta qualidade técnica. O dirigente da associação acrescentou que as soluções indicadas contribuem para que as concessões antigas possam ser revistas por acordo, sem envolver quebra de contrato, custos de indenizações para o governo ou disputas judiciais.

Lesivo

O ex-ministro dos Transportes Cloraldino Severo, outro participante da audiência, qualificou como lesivo à sociedade o modelo adotado no país para o sistema de concessão de exploração de rodovias ao setor privado. Na sua opinião, os defeitos são tão graves que anulam a possibilidade de êxito na transferência já prevista de novas rodovias, cujos editais estão sendo preparados pelo governo.

Cloraldino Severo sustentou que as atuais concessões demonstram alto grau de ineficiência, pois retornam para investimentos nas rodovias apenas 27,9% de cada real pago de pedágio, enquanto 50% representam custos operacionais. Essa discrepância, como frisou, precisa ser investigada, o que exige a abertura da caixa-preta da ANTT.

Dirigente da Abdib sugere modelo mais flexível de contrato

O presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, afirmou na audiência promovida pela CI que os contratos para licitações de concessões de rodovias devem ser mais flexíveis para prever condições de negociações e mudanças, como no caso dos pedágios, uso de recursos dos usuários para melhoria nas rodovias e outras medidas.

Segundo destacou, há 190 mil quilômetros de rodovias no país, sendo 10 mil quilômetros com cobrança de pedágio. Ele concordou com a proposta de mudar o modelo da tarifa, a partir de um sistema digital, para que seja cobrado do usuário somente o trecho por ele percorrido.

Godoy afirmou que o governo federal não deve mais postergar qualquer decisão para solucionar com urgência o problema das rodovias brasileiras, devido ao alto custo econômico e social que a péssima situação das estradas está causando ao país.

– O que não podemos aceitar é deixar como está. Precisamos prover o Brasil de boas estradas, pelo custo econômico que representa sua má conservação e também pelo custo social, com muitas mortes e acidentes.



Participam da audiência Fonseca Valente (E), Geraldo Viana, Godoy, Marconi (presidente da CI), Cloraldino Severo e Nogueira de Resende

Senadores cobram rápida solução para estradas

Os senadores da Comissão de Infra-Estrutura, presidida por Marconi Perillo (PSDB-GO), cobraram dos representantes do governo soluções rápidas para as rodovias brasileiras. “Estamos ansiosos por soluções. Temos visto que o governo tem se eximido das responsabilidades”, declarou Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), comentou que o Poder Executivo sofre de uma “espécie de hermafroditismo”, dada sua imprecisão quanto a adotar medidas na área de concessões privadas e públicas. Para Virgílio, o governo precisa promover mais privatizações e fazer mais concessões.

– O governo tem acertos macroeconômicos, mas tem graves

crises de gerência, não opera bem a máquina administrativa. O governo precisa assumir mais sua postura para tocar o desenvolvimento, conceder mais, ir buscar o capital que falta ao Estado brasileiro – recomendou o parlamentar.

Controvérsias

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do Bloco de Apoio ao Governo, observou que há muita controvérsia nas concessões públicas das rodovias e que o problema enfrenta questionamentos de governadores e de usuários. Disse também que há um histórico de licitações fraudadas e superfaturadas no país, e que “é preciso estar atento a esses fatos”.

– A questão das concessões é uma necessidade para darmos

conta de uma demanda, mas é uma controvérsia, tem polêmica e questionamentos – reforçou a senadora.

Como outros senadores, Ideli Salvatti quis saber sobre a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) no setor de transportes. Ela afirmou que o segundo lote de concessões deverá ser feito, mas previu grandes debates jurídicos sobre o assunto.

Já o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) abordou a política do Ministério dos Transportes para o setor de navegação, indagando por que não há empresas brasileiras operando nessa área.

O requerimento para a audiência foi apresentado por Ideli Salvatti e outros senadores.

Novas concessões serão promovidas por meio de PPPs

O programa de concessão de rodovias federais sob a responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) abrange o total de 4,73 mil quilômetros de estradas, desdobrado em contratos efetuados pelo Ministério dos Transportes, por governos estaduais e pela própria ANTT. Essas concessões são feitas por delegações, com base na Lei 9.277/96, uma das que regulamentam o art. 175 da Constituição.

As concessões administradas diretamente pela ANTT incluem as constituídas de trechos de rodovias federais já atribuídas à iniciativa privada, numa extensão de 1,49 mil quilômetros. Trata-se de seis concessões, das quais cinco foram contratadas pelo Ministério dos Transportes, no período compreendido entre 1994 e 1997, e uma pelo governo do Rio Grande do Sul, em 1998. Esta última teve, posteriormente, rescindido o convênio de delegação e o contrato sub-rogado à União em 2000.

A segunda etapa de concessões a serem licitadas corresponde a uma malha de 2,6 mil quilômetros, e é composta de lotes relativos às parcerias público-privadas (PPPs). Essas rodovias federais são as BR-116/PR/SC; BR-376/PR; BR-101/SC; BR-116/SP/PR; BR-381/MG/SP; BR-393/RJ; BR-101/RJ; e BR-153/SP.

Comissão de Direitos Humanos acolhe proposta que protege crianças e adolescentes e projetos que beneficiam pessoas com deficiência e idosos

Isenção para pessoas com deficiência

Foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que isenta as pessoas com deficiência do pagamento da taxa anual de licença à pesca amadora. O projeto (PLS 30/07) baixa ainda para 60 anos a idade mínima para que os idosos, já isentos do tributo, possam ter direito ao benefício.

Em seu parecer favorável, o senador Romeu Tuma (DEM-SP) afirmou que a extensão da dispensa da taxa às pessoas com deficiência é oportuna, “pois facilitará o acesso a mais uma oportunidade de lazer”.

Independência da República Saharai

Uma comissão de senadores e deputados poderá viajar para a República Saharai, situada no noroeste africano. A visita foi anunciada ontem pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS). Ele recebeu, na reunião do colegiado, o embaixador Hash Ahmed Merial-la.

Segundo José Nery (PSOL-PA), que conduziu o embaixador à CDH, a visita é um pedido de apoio para que o Congresso apóie a luta pela independência daquele país, parcialmente dominado pela monarquia marroquina.

Parceria entre a CDH e órgão do Executivo

Estreitar as relações de parceria e colaboração entre a Comissão de Direitos Humanos e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Esse foi o objetivo do encontro ocorrido ontem entre o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, e o titular da pasta da secretaria, ministro Paulo Vannuchi.

Em entrevista à Agência Senado, Paim afirmou que a visita representa a intenção dos Poderes Executivo e Legislativo de atuarem de forma interativa em relação aos temas discutidos no âmbito dos direitos humanos.



Comissão presidida por Paim (D) aprova, em decisão terminativa, projeto de lei que prevê pena de reclusão de dois a seis anos, mais multa

Uso de pornografia envolvendo menores pode se tornar crime

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) poderá ser alterado para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha imagens de sexo explícito envolvendo criança e adolescente. De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a proposta (PLS 109/04), aprovada ontem em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), prevê pena de reclusão de dois a seis anos, mais multa, para quem adquire, recebe, ainda que gratuitamente, oculta ou tem em depósito, para proveito próprio ou alheio, fotografias, cenas

ou imagens produzidas na internet envolvendo crianças e adolescentes e comercializadas por meio de comunicação, inclusive na rede mundial de computadores.

O projeto obriga ainda o responsável pelo provedor do sítio virtual em que for adquirido o material pela internet a comunicar o fato ao Ministério Público. Na votação da matéria, Crivella disse que a pedofilia é um crime cruel, “porque mata a inocência, assassina a infância, destrói sonhos e cria feridas dificilmente cicatrizáveis”.

Em seu parecer favorável, o senador Demostenes Torres (DEM-GO)

lembrou que a pornografia eletrônica é uma fonte rentável de exploração de meninos e meninas.

Nomes de crianças

A CDH também acolheu, em caráter terminativo, substitutivo de Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que estende a todas as crianças e adolescentes, mesmo às vítimas, a proibição – hoje já prevista em relação aos menores infratores – de divulgação de seus nomes quando citados em atos judiciais, policiais e administrativos relacionados a crimes, contravenções ou atos infracionais (PLS 178/03).



Quintanilha ao lado de Lúcia Vânia, que atuará como vice-presidente

Quintanilha é eleito presidente da Subcomissão do Idoso

A Subcomissão Permanente do Idoso, ligada à Comissão de Direitos Humanos, deu início aos trabalhos deste ano com a eleição, ontem, de seus presidente e vice-presidente. São eles, respectivamente, os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A primeira reunião está marcada para as 8h50 da próxima quinta-feira, quando Quintanilha deverá apresentar o cronograma de trabalho para o ano de 2007. Ele anunciou uma audiência pública na subcomissão, no dia 12 de junho, para discutir a violência contra o idoso.

Lúcia Vânia ressaltou que o compromisso do colegiado vai muito além da aprovação de leis.

– O importante não é apenas legislar, mas fazer com que as leis sejam viáveis. Vamos fazer com que esta subcomissão seja atuante aqui no Senado – afirmou a senadora.

Comissão de Direitos Humanos aprova criação do Disque-Idoso

A criação de um Disque-Idoso com o objetivo de receber denúncias referentes a maus-tratos e violência contra as pessoas com mais de 60 anos foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo a relatora do projeto de lei que prevê esse serviço (PLC 83/06), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a proposta não só é elogiável, mas também atende à necessidade cada vez maior de uma legislação voltada para que o Estado cumpra suas atribuições de amparar as pessoas idosas.

Em seu parecer, Lúcia Vânia afirmou que no Brasil o envelhecimento da população encontra-se em processo de expansão e, a cada ano, mais de 600 mil pessoas ingressam nesse grupo etário.

– Boa parte dessa população é, ainda hoje, vítima de maus-tratos e abandono praticados principalmente pelos próprios familiares – disse a senadora.

Durante a votação do projeto, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) observou que muitos crimes cometidos no Rio de Janeiro foram elucidados após a instalação do Disque-Denúncia.

– A violência é alta, mas seria pior ainda sem o Disque-Denúncia. Agora, com o Disque-Idoso, vamos proteger uma parcela importante da nossa sociedade, pois os idosos são referência, rumo e estrela-guia dos mais jovens – destacou o parlamentar.

A proposta segue para apreciação do Plenário.

Indenização pela síndrome da talidomida

A Comissão de Direitos Humanos aprovou, em turno suplementar e em decisão terminativa, substitutivo a projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga a União a conceder indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da substância talidomida.

Pelo menos 277 portadores da síndrome da talidomida são reconhecidos e devem ser indenizados pela União, considerada responsável pelos danos, segundo decisão da Justiça. Medicamentos contra enjôo contendo a substância foram utilizados por mulheres grávidas, nos anos de 1950 e 1960, o que causou graves deformidades nos membros superiores e inferiores dos fetos.

A relatora da proposta (PLS 156/06), senadora Fátima Cleide (PT-RO), acatou substitutivo já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O valor da indenização será de R\$ 25.725,00, multiplicado pelo número de pontos indicadores da natureza e do grau da dependência resultante da deformidade física, com correção monetária pelo índice de inflação até a data final do pagamento, isento de Imposto de Renda.

Requerimentos

O colegiado acolheu ainda quatro requerimentos para realização de audiências públicas, entre elas a que irá discutir, em 8 de maio, a regularização fundiária de territórios quilombolas e a destinada a apresentação das políticas de combate ao racismo e preconceito.



Conforme projeto de Tião Viana, portadores sofreram dano moral